

# CIDADANIA DESIGUAL E QUESTÃO RACIAL NA FORMAÇÃO HISTÓRICO- SOCIAL DO BRASIL PÓS- COLONIAL\*



IZABEL MISSAGIA DE MATTOS\*\*

MIKI, Yuko. *Frontiers of Citizenship: a black and indigenous history of postcolonial Brazil*. New York: Cambridge University Press, 2018.

**F**ruto aprimorado de pesquisa de doutorado na New York University, defendida em 2010, o livro da historiadora japonesa radicada nos Estados Unidos, Yuko Miki, cujo título pode ser traduzido como “Fronteiras da Cidadania: uma história negra e indígena do Brasil pós-colonial”, constitui uma releitura fundamental da formação histórica e social brasileira. A obra mereceu importantes prêmios de instituições estadunidenses como a *American Historical Association* (melhor livro sobre história da diáspora africana, 2019), a *Conference on Latin American History* (melhor livro sobre história do Brasil), entre outras. Para breve, esperamos a publicação da obra no Brasil.

Uma vasta gama de arquivos no país e no exterior foi consultada ao longo do trabalho, que se detém na análise de várias situações observadas na zona denominada “fronteira atlântica”, colocando em evidência os processos de racialização enraizados ao longo da história brasileira. Os conceitos de raça e cidadania organizam os capítulos, entrelaçados por outros temas, como geografia e direito.

O conceito de “fronteira atlântica” foi cunhado pela autora para caracterizar a região que foi palco de relações entre indígenas e negros no período “pós-colonial” no Brasil, isto é, após e, inclusive, a independência.

\* Recebido em: 23.06.2022. Aprovado em: 24.06.2022.

\*\* Professora associada de Antropologia na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).  
E-mail: belmissagia@gmail.com

No presente ano de 2022, quando completamos 200 anos de independência no Brasil, esta revisão histórica e antropológica tem sido pauta necessária para interpretações sobre o lugar dos indígenas e dos negros durante o processo de formação do Estado-nação e suas implicações em relação à constituição de uma cidadania desigual no país.

Uma das características geográficas da região de fronteira enfocada, no início do século XIX, era a espessa floresta que recobria as bacias hidrográficas ali existentes, cujos rios garantiam a mobilidade para os povos indígenas que para lá refluíram na medida em que a colonização avançava ao longo da costa atlântica. Apesar de caracterizar um ambiente físico, o livro entende a noção de fronteira como um espaço de relação contestada com o Estado-nação. A presença incerta do Estado naquela região de fronteira, por sua vez, assemelha-se a outras regiões da América Latina, como o norte do México, os Andes orientais, os pampas argentinos e a Patagônia, onde estudiosos de diversas disciplinas têm se dedicado a traçar algumas características comparativas, entre elas sua configuração enquanto “zonas de contato” permeáveis e fluidas<sup>1</sup>. Seguindo essa trilha, a autora passa a definir a fronteira como espaço propício para a observação e o estudo da relação entre raça, nação e cidadania na história pós-colonial do Brasil. Especificamente no caso da fronteira atlântica, onde se encontravam as províncias de Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo, as terras haviam sido decretadas pela Coroa portuguesa como proibidas em épocas coloniais – o que oportunizou sua ocupação por indígenas e quilombolas.

É importante notar que o conceito de “racialização”, empregado no livro, compreende um processo de construção social, política e cultural, gerado sob relações sociais desiguais de poder (GOMES, 2005). No Brasil e na América Latina em geral, a colonização estabeleceu, ao longo da história, uma hierarquia racializada (QUIJANO, 2005), cujo processo de formação se torna visível no estudo detalhado da historiadora na região.

Frequentemente utilizado para a análise do racismo estrutural que envolve populações afrodescendentes, o conceito de “hierarquia racializada” apresenta-se especialmente útil no estudo de processos que englobam o “desaparecimento” dos indígenas ao longo do século XIX. Esse “desaparecimento” ocorreu sob a mesma lógica do encobrimento de diferenças na produção de uma nacionalidade que reposicionou tanto os povos indígenas como os negros no interior de uma lógica desigual de cidadania.

A proposta de unir as experiências da diáspora africana e da América indígena em sua releitura da história do Brasil pós-colonial exige, no entanto, que os limites restritos das formações disciplinares e acadêmicas que confinam campos separados – como é o caso dos estudos sobre afrodescendentes ou indígenas, sob o olhar da história ou da antropologia – possam ser ultrapassados. Dessa forma, questões centrais da história pós-colonial brasileira e latino-americana – como a escravidão e a abolição, o acesso desigual à cidadania e as construções de hierarquias racializadas e de nacionalidade – puderam ser revisitadas pela autora por meio da descrição e da análise das histórias inter-relacionadas de negros e indígenas. Tais histórias enfocadas referem-se principalmente aos escravizados de ascendência africana, como também aos povos Botocudo, que inclusive passaram por experiências de mal disfarçada escravização. A pesquisa de suas trajetórias pela autora buscou revelar as maneiras pelas quais os escravizados resistiram, desafiaram e negociaram os limites e os significados da escravidão, liberdade e cidadania. Além disso, os significados atribuídos aos atores aos territórios demonstram

a importância dos conflitos existentes sobre as noções de raça, nação e cidadania no Brasil

A reflexão sobre como a elite via com consternação a grande população afro-descendente, indígena e mestiça, considerando-a um impedimento ao progresso nacional, é debatida pela autora à luz das teorias coetâneas e estudos contemporâneos. Apesar de a Constituição de 1824 estender a cidadania brasileira a todos os nascidos livres em solo brasileiro – independentemente de raça ou cor –, o livro de Yuko Miki reage a essa narrativa, demonstrando como desde as vésperas da independência em 1822 até os anos que se seguiram ao fim do regime monárquico em 1889, a fronteira atlântica tornou-se um palco de impressionante violência anti-indígena e de enraizamento da escravidão de base africana. As conexões entre as histórias indígenas e negras realizadas pela autora serviram para complexificar as análises das temáticas enfocadas, remetendo também a história dos indígenas no Brasil a um diálogo profícuo com a literatura existente sobre os índios e a era liberal na América espanhola.

Por fim, o livro nos ensina como o problema das exclusões racializadas moldou a vida dos indígenas, assim como a dos ex-escravizados, de forma que o período de pós-abolição se tornou palco de inseguranças devido à “cidadania limitada” desses contingentes (o que repercute até os dias atuais, podemos muito bem acrescentar). Com efeito, a construção de hierarquias racializadas que atuaram para eliminar a herança indígena promoveram e ainda promovem o acesso desigual à cidadania. Esse é um tema indeclinável para a compreensão dos processos de construção do Brasil, seja do ponto de vista histórico, seja do contemporâneo.

#### Referências

- GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. *In*: BRASIL. Ministério de Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília, DF: MEC, SECAD, 2005. p. 39-62.
- MIKI, Yuko. Imaginando fronteiras: uma história negra e indígena do Brasil pós-colonial. *In*: MISSAGIA DE MATTOS, Izabel et al. *Histórias Indígenas: memória, cidadania e interculturalidade*. São Paulo: Ed. Humanitas; Zamora: Ed. COLMICH, 2020.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: Conselho Latino-americano de Ciências Sociais – CLACSO, 2005.
- RADDING, Cynthia, LEVIN, Danna (orgs.). *The [Oxford] Handbook of Borderlands in the Iberian World*. New York: Oxford University Press, 2019.

#### Nota

- 1 Sobre a temática específica do estudo das fronteiras ibero-americanas, ver Radding; Levin Rojo (2019).